

MULHERES E EAD: UMA ANÁLISE DE GÊNERO SOBRE O PERFIL DOS ACADÊMICOS(AS) NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL

Indaial – SC – Abril/2012

Categoria: Pesquisa e Avaliação

**Setor educacional: Nível macro – Sistemas e Teorias de EAD – Acesso,
Equidade e Ética**

Natureza do Trabalho: Relatório de Pesquisa

Classe: Investigação Científica

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa, em nível de especialização desenvolvida no Programa de Pós-Graduação a Distância – Uniasselvi. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que tem como objetivo demonstrar a importância da abordagem teórica de gênero para a análise do perfil dos estudantes de Educação a Distância (EAD) no Brasil. Para desenvolver essa tarefa, realizamos pesquisa bibliográfica e analisamos o perfil dos estudantes de EAD através do Censo da Educação Superior (2012). Como referencial teórico, nos apoiando nos estudos de gênero, especialmente no que tange a divisão sexual do trabalho. O estudo permitiu compreender como a condição social das mulheres de camadas populares no Brasil, influencia na escolha pela modalidade de EAD, levando em consideração a flexibilidade da modalidade e as condições objetivas de estudos dessas mulheres. Como última etapa, demonstramos as possibilidades que o conceito de gênero oferece para a inclusão da problemática mulheres na EAD.

Palavras-chave: Gênero ; Mulheres ; EAD

1. Introdução

O presente trabalho é movido pelo desejo de compreender os motivos pelos quais as mulheres são maioria na Educação a Distância (EAD). E se esses motivos podem ser compreendidos a luz de uma análise de Gênero. Para tanto, decidimos levantar as principais características da EAD, relacionando na sequência o perfil dos estudantes, destacando a predominância das mulheres nessa modalidade de ensino.

Dessa forma, realizamos um breve levantamento da trajetória histórica da mulher na sociedade, procurando demonstrar sua condição de desigualdade, as discriminações e preconceitos sofridos. Entendendo que a história das mulheres se desenvolveu em condição de submissão e inferioridade em relação aos homens, seja do ponto de vista social, econômico ou jurídico. Por outro lado, demonstramos que as mulheres não foram apenas meras expectadoras de sua desigual condição social. Elas questionaram e lutaram, através de ações individuais e de movimentos sociais, como o feminismo, em busca de suas convicções e por seus direitos, sendo que muitos foram reconhecidos e alcançados.

A partir da segunda metade do século XX, com a expansão do capitalismo, as mulheres entraram definitivamente no mercado de trabalho. Fato que, por um lado possibilitou a inserção da mulher no mundo do trabalho “produtivo” e no espaço público, e por outro lhe manteve a condição de trabalhadora doméstica, pois ela continuou com a integralidade das atividades do lar. Ocorre, assim, o acúmulo de funções, chamado de dupla jornada de trabalho. Além disso, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo, a contratação de mulheres foi estrategicamente conveniente, pois a remuneração do trabalho feminino era mais baixa do que a masculina, dada a sua condição histórica de inferioridade. Por esse motivo, ainda nos dias de hoje, em alguns setores, o trabalho feminino é menos valorizado do que o masculino.

O presente trabalho está disposto da seguinte maneira: Inicialmente introduzimos o conceito de EAD no contexto atual e suas principais características, em seguida analisamos o perfil dos estudantes de educação superior a distância, destacando a presença das mulheres como público

majoritário. No terceiro momento relacionamos a importância do conceito de gênero para compreender a condição social das mulheres face à educação, especialmente a partir da divisão sexual do trabalho. Como última etapa, demonstramos as possibilidades que o conceito de gênero oferece para a inclusão da problemática mulheres na EAD.

2. Características gerais da EAD e perfil dos estudantes

Entendemos que as possibilidades que se abrem para a educação, a partir da EAD, são múltiplas e inovadoras. Ela está alinhada com os padrões da sociedade, dita moderna e/ou pós-moderna, baseada nas tecnologias de informação/comunicação (TIC).

Muitos autores, como MARTINS [1] enfatizam que a modalidade de educação a distância democratiza o conhecimento, devido a sua flexibilidade, pois torna a formação acadêmica mais acessível para uma infinidade de grupos sociais, historicamente excluídos do processo tradicional de educação, como pessoas de baixa renda, grupos que vivem em locais isolados, pessoas idosas, mulheres e outros.

Com relação ao conceito de educação a distância, estamos nos apoiando na perspectiva do Conselho Nacional de Educação – CNE [2] que diz:

A educação a distância é uma estratégia educativa extremamente flexível, que se baseia no estudo independente, possibilitando ao educando a escolha de horários, a determinação do tempo e do local de estudos e que reduz ou dispensa situações presenciais de ensino. Mas não se limita a um auto estudo, pois é indispensável a existência de uma forte interação com a instituição que, através de diferentes meios de comunicação, oferece o curso.

Características como flexibilidade de tempo, mobilidade de estudo, de menor investimento, de alcance das regiões distantes e menos desenvolvidas, e outras tantas, fazem da EAD uma modalidade de ensino mais adequada para um universo significativo de brasileiros, que necessitam fazer o ensino superior, mas que para isso precisam adequar os estudos ao ritmo de suas atividades de trabalho, e à outras esferas de sua vida, como o convívio familiar e as atividades

domésticas. Por estes motivos, precisamos conhecer o perfil dos alunos do ensino superior. Vejamos a seguir.

De acordo com o CENSO [3], o ensino superior conta com 5,5 milhões de alunos, sendo que 3,5 milhões de estudantes são provenientes de famílias de baixa renda, das classes C e D, ou seja, ganham menos de três salários-mínimos. Ainda, de acordo com o censo, pelo menos 20% das disciplinas são desenvolvidas pela modalidade EAD. A média de idade dos estudantes de graduação aumentou de 25,8 para 26,3 anos. Desta maneira, pode-se afirmar que a maior parte dos alunos universitários de hoje são provenientes de classes baixas e se formam com mais idade. No caso de alunos da modalidade EAD, o ingresso em curso superiores ocorre ainda mais tarde e a conclusão se dá por volta dos 36 anos de idade, enquanto o aluno da modalidade presencial conclui o curso em média aos 28 anos.

Realizando um recorte por sexo, o CENSO [3] aponta que, na graduação presencial, o sexo feminino corresponde a 51,1% do total de matrículas, e 58,8% do total de concluintes, ao passo que, na graduação em EAD, o número de alunos do sexo feminino corresponde a 69,2% das matrículas e 76,2% dos concluintes. Esses últimos dados nos informam que a maior parte dos estudantes de EAD são do sexo feminino. Esse fato nos chamou a atenção, indicando que deve haver uma explicação de gênero para essa realidade e que por isso se faz necessário realizar uma investigação à luz desses estudos.

O CENSO [3] concluiu que é preciso aprofundar a pesquisa sobre o perfil do acadêmico de educação à distância no sentido de compreender em que medida sua condição social, sua condição de classe e gênero, pode ser responsável pela procura em EAD.

Os profissionais que desejam se qualificar melhor para o trabalho ou buscar uma requalificação profissional, ao decidirem por cursos, muitas vezes acabam optando pela modalidade a distância, tendo em vista dificuldades que a vida familiar e profissional lhes impõe. São, no geral, alunos com mais de 30 anos, casados e com filhos. (CENSO, 2012, p. 24)

A partir dos dados analisados, podemos depreender que o perfil predominante dos acadêmicos em EAD é composto por mulheres trabalhadoras de classe baixa, maiores de 30 anos, casadas e com filhos.

Nesse sentido, é claro o fato de que a flexibilidade do horário de estudo, a modalidade e o alcance da educação a distância se tornam importantes para o universo de alunos de EAD, no entanto, pode-se dizer que para as mulheres essas características são ainda mais importantes, pois são elas as responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico na família.

3. O surgimento do conceito de gênero e a divisão sexual do trabalho

Para compreendermos o conceito de gênero, precisamos conhecer minimamente a história dos movimentos feministas, pois o conceito de gênero surge a partir dos problemas identificados pelos feminismos ao longo do tempo, e reflete o amadurecimento das questões femininas, culminando com o desenvolvimento de uma categoria de análise adequada para compreender as desigualdades sociais, do ponto de vista das relações assimétricas e hierárquicas na sociedade. Assim o conceito de gênero, indissociável do conceito de classe, raça e geração, surge como mais um instrumento de análise e compreensão das relações sociais.

Primeiro devemos destacar que o movimento feminista é classificado em três grandes ondas. De acordo com LUZ e FELLER [4], a primeira onda refere-se ao surgimento do feminismo na Europa entre os séculos XIX e XX. Em seu princípio, o feminismo tratou de lutar por direitos civis básicos para as mulheres, como o direito ao voto, e à emancipação, pois elas eram consideradas propriedade dos pais ou maridos. Eram consideradas “incapazes”, como as crianças. A ideologia dominante da época era de que o homem era um ser “naturalmente” superior e que caberiam ao homem as relações com o mundo externo e à mulher as relações com o mundo interior. Desta maneira, convencionou-se nas sociedades ocidentais o espaço privado para a mulher, a casa, o cuidado com os filhos e marido; e o espaço público ao homem, relações sociais, políticas e de trabalho. Essa “ordem” social criou diferenças e justificou desigualdades sexuais ao longo da história, sendo que muitas ainda permanecem nos dias de hoje.

Ainda de acordo com LUZ e FELLER [4], a segunda onda feminista teve como cenário de surgimento a expansão do capitalismo nos Estados Unidos já no século XIX. O movimento feminista, ressurgiu como um movimento de luta por melhores condições de trabalho e renda, pois neste período a carga horária de trabalho chegava a ser maior do que 14 horas diárias e os salários pagos às mulheres e crianças eram muito inferiores ao que se pagava aos operários do sexo masculino. Essa segunda onda também teve um movimento importante que transformou a vida das mulheres de classe média no país. Algumas feministas denunciaram que as desigualdades entre homens e mulheres na esfera privada eram reproduções de valores machistas presentes na sociedade estadunidense da época. As americanas, que há muito questionavam a relevância de uma vida de mãe, esposa e dona de casa, saíram para as ruas em protestos.

A partir da década de 1980 culmina o movimento da terceira onda feminista. Essa questiona a ideia de que não existe uma única condição feminina. Para as feministas da terceira onda existem inúmeras diferenças entre as mulheres, como a de classe, as diferenças regionais, as diferenças étnicas, culturais, geracionais e outras.

Por este motivo, a partir da terceira onda feminista, surge nos Estados Unidos o termo gênero. Foi a maneira como os estudos sobre as mulheres e as relações de poder na sociedade passam a ser tratados no espaço universitário. É assim que o conceito de gênero surge no Brasil na década de 1980, através de pesquisadoras norte-americanas, especialmente, a autora Joan Scott. SCOTT [5] trata a questão das relações entre homens e mulheres de forma a negar as diferenças biológicas como constituidoras das identidades dos seres humanos e introduz a perspectiva de que somos construídos/as a partir de determinados mecanismos sociais. Em seu artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, ela descreve:

O gênero torna-se uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1990, p. 7).

SCOTT [5] afirma ainda que o gênero além de ser construído sobre as diferenças entre homens e mulheres, também serve para dar sentido à essas diferenças. A partir do sexo biológico se constroem e reproduzem características que marcam uma identidade de gênero para cada sexo. Porém se pensarmos o gênero como um conjunto de valores, atitudes e comportamentos construídos nas relações entre os sujeitos sociais, podemos dizer que também o gênero é mutável, já que constantemente reconstruímos e ressignificamos nossas representações sociais sobre feminino e masculino, mesmo no interior das diferentes culturas.

A autora francesa Françoise HERITIER [6] também contribuiu para a construção do conceito de gênero, mostrando que ele é relacional, que se constrói na relação entre homens e mulheres, haja vista que ninguém vive só, pois todas as pessoas se relacionam desde que nascem, independente das regras sociais e culturais.

As desigualdades entre homens e mulheres são produtos de construções sociais, naturalizadas e reproduzidas ao longo do tempo. O conceito de gênero serve, portanto, para compreender essas desigualdades e desnaturalizá-las.

Nesse trabalho estamos dando especial destaque à divisão sexual do trabalho e de como ela pode nos ajudar a compreender o fenômeno da enorme procura das mulheres pela EAD.

Historicamente a divisão sexual do trabalho enfatiza para os homens a produção e a subsistência da família e para as mulheres a reprodução e a educação das crianças. A produção foi sempre mais valorizada do que a reprodução, por este motivo é que as atividades ditas reprodutivas, como as funções domésticas são desvalorizadas. De acordo com FARIA [7], referindo-se ao trabalho das mulheres rurais no Brasil:

Carpir no Sertão nordestino, era uma tarefa dos homens e era considerado um trabalho pesado. Carpir no brejo Paraibano, era tarefa das mulheres e era considerado trabalho leve. Como se vê, no cultivo da cana o que caracterizava um trabalho como leve ou pesado não era a força física necessária para realizá-lo, mas o valor social de quem o fazia. (Faria, 1997, p. 14)

Nesse sentido, a desigualdade sexual não é refletida como um problema de gênero, ela é naturalizada. Essa postura é que mantém o padrão de

desvalorização do trabalho feminino, e é o que explica porque muitas mulheres ainda ganham menos que os homens, mesmo ocupando cargos iguais.

Por outro lado, após a expansão do capitalismo, quando as mulheres entram no mercado de trabalho, permanecem ainda com as atividades doméstica, o cuidado com a casa e com os filhos. De acordo com o IBGE [8]

O IBGE mostra que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não reduziu a jornada delas com os afazeres domésticos. Pelo contrário, na faixa etária de 25 a 49 anos de idade, onde a inserção das mulheres nas atividades remuneradas é maior e que coincide com a presença de filhos menores, o trabalho doméstico ocupa 94,0% das mulheres. Aumentando o tempo de trabalho da mulher em função da dupla jornada de trabalho.

Por um lado, as mulheres devem se empenhar para a sua formação, com o objetivo de se preparar para o mercado de trabalho, que não a trata com igualdade em relação aos homens. Por outro lado, devido a sua dupla jornada de trabalho, as mulheres contam com um tempo restrito para a formação superior e continuada. Por esses motivos, nossa pesquisa procurou demonstrar que a condição de gênero das mulheres de baixa renda é que as torna público majoritário da EAD.

4. Considerações finais

A escassez de obras que relacionam mulheres, gênero e EAD restringiram as possibilidades de aprofundar as relações que procuramos estabelecer entre mulheres e EAD. Por outro lado, entendemos que o presente trabalho cumpriu seu objetivo, de demonstrar a importância da abordagem teórica de gênero para a análise do perfil dos estudantes de EAD no Brasil. Especialmente destacando a dupla jornada de trabalho, como um aspecto de gênero que pode contribuir para explicar a maciça participação das mulheres nessa modalidade de ensino.

O baixo valor cobrado pela EAD, comparativamente a educação presencial, contribui para explicar a grande adesão das camadas populares nessa modalidade de ensino. Esse dado pode ser facilmente justificado a partir da análise de classe. O que nosso estudo procurou questionar foi porque a maior parte desse grupo é composto por mulheres e que componentes de gênero podem ajudar a compreender o fenômeno.

Nossa hipótese é que a dupla jornada de trabalho, uma característica de gênero comum do cotidiano de mulheres de classe baixa, é um fator fundamental para explicar a escolha das mulheres pela EAD.

A EAD possibilita à mulher conciliar seus estudos com as atividades de casa, com o cuidado dos filhos e outras rotinas domésticas. Os tempos das atividades de estudos são flexíveis e móveis. É possível estudar em casa, enquanto os filhos estão dormindo ou brincando no jardim, assim como é possível realizar atividades de estudo nos intervalos de trabalho ou aos finais de semana.

Além disso, podemos pensar que a participação ampla no ensino superior pode significar uma estratégia feminina de qualificação profissional, de maneira a ficar na dianteira na luta pelos postos de trabalho, na disputa com os homens e entre si.

Nossa pesquisa nos permitiu identificar também outras questões relativas à EAD que podem ser investigadas a partir das análises de gênero. Uma delas diz respeito ao dado concreto de que a maior parte dos cursos em EAD são constituídos por licenciaturas, sendo que um grande percentual corresponde a cursos de pedagogia.

Seria importante verificar em que medida a preferência das mulheres pelo curso de pedagogia diz respeito a internalização da ideia de que essa profissão é “adequada” especialmente para o sexo feminino, já que historicamente a pedagogia esteve relacionada ao ato de “cuidar” dos pequenos, e o cuidado seria uma característica “naturalmente” feminina.

Além disso, outras questões podem ser refletidas a luz da categoria de gênero, como a disposição das imagens e símbolos femininos nos materiais instrucionais, cadernos de estudos, fóruns, enquetes e objetos de aprendizagem. Da mesma maneira, muitos aspectos da linguagem, podem ser refletidos a partir de uma interpretação de gênero, procurando perceber em que medida há uma preocupação com uma linguagem inclusiva das mulheres nos materiais instrucionais. Enfim, verifica-se que é possível ampliar o debate e as ações de gênero na EAD de maneira geral.

Inserir o debate de gênero no currículo e na formação dos professores de EAD pode significar uma prática mais comprometida com a equidade de gênero e menos reprodutora das desigualdades e preconceitos sexistas. Dessa maneira a EAD além de contribuir com a facilitação do acesso a educação superior, estaria

garantindo também o tratamento igualitário para as mulheres. O caráter inclusivo da EAD se estenderia tornando-se cada vez mais democrático e efetivo.

Referências

- [1] MARTINS, Onilza Borges. **A educação superior à distância e a democratização do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- [2] CNE. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio**. Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. Brasília – DF, 2002. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/pub/PT/re/rbead/56/materia2.htm>> Acesso em: 7 abr. 2012.
- [3] CENSO, ead. br. **Relatório Analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- [4] LUZ, Luciane da e FELLER, Nívia. **Multiculturalismo**. 1. ed. Indaial: Uniasselvi, v. 1. 210 p, 2011.
- [5] SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Número Especial Mulher e Educação. Porto Alegre, vol. 20, no. 2. pp. 5-22. Jul/dez. 1990.
- [6] HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino: O pensamento da diferença**. Lisboa: Instituto Piaget. Coleção Epistemologia e Sociedade. 1996.
- [7] FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. Cadernos Sempreviva, [s. n.], 1997.
- [8] IBGE. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: Um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=954&id_pagina=1>. Acesso em: 3 de abr. 2012.